



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7744 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

**A ATUAÇÃO DA/O PEDAGOGA/O NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS BRASILEIROS: MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

Daiane Lins da Silva Firino - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

**A ATUAÇÃO DA/O PEDAGOGA/O NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS BRASILEIROS: MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

## **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo desse texto é apresentar os principais resultados de uma pesquisa documental que envolveu análise de produções científicas sobre a atuação da/o pedagoga/o em Tribunais de Justiça estaduais do Brasil. A inserção destas/es no judiciário brasileiro é algo recente, tendo sido o Tribunal de Justiça (TJ) de Roraima o primeiro a inserir esse/a profissional nas equipes interdisciplinares da Vara da Infância e Juventude, no ano de 1996, porém essa inserção ainda não era regulamentada no âmbito judiciário.

Somente a partir de 2006, com a Portaria N° 5/2006 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com suas Recomendações N° 2 e 5/2006, iniciou-se a implantação das equipes interdisciplinares para atender as causas relacionadas à família e à criança e adolescente, sendo necessário então pensar nos profissionais que teriam expertise para compor essas equipes. Os primeiros foram as/os psicólogas/os e as/os assistentes sociais e, a partir de 2008, mediante levantamento realizado nos Tribunais de Justiça do Brasil pela Associação Brasileira do Ministério Público (ABMP), é que se começou a reconhecer a necessidade de inserir as/os pedagogas/os nas equipes interprofissionais.

A lentos passos, o judiciário estadual começou a inserir a/o pedagoga/o em suas equipes interdisciplinares, ocorrendo, somente em 2014, a regulamentação, a nível nacional, da inserção da pedagogia como saber necessário nessas equipes com o Provimento 36/2014 do CNJ. Na Paraíba, essa inserção é ainda mais recente, pois o primeiro concurso realizado para esse cargo foi em 2012, sendo as aprovadas convocadas a partir do final do ano de 2016.

Diante disso, mapear as pesquisas realizadas sobre a atuação das/os pedagogas/os nos Tribunais de Justiça estaduais do Brasil é relevante para conhecer o que vem sendo investigado a respeito desse campo de atuação, que vem se configurando como um novo campo de trabalho da/o pedagoga/o. O que essas investigações apontam? Que novas pesquisas serão necessárias para aprofundar o debate sobre tal atuação?

## 2 PROCEDIMENTO

Para conhecer as pesquisas já realizadas sobre a atuação das/os pedagogas/os nos Tribunais de Justiça estaduais (TJs), considerando-se a novidade da temática, não se estabeleceu um recorte temporal na busca, visando-se localizar o máximo de trabalhos a partir dos descritores: práticas de pedagogas/os no judiciário; atuação de pedagogas/os no judiciário; o trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça; Pedagogia Jurídica; Pedagogia e Judiciário; Pedagogia e Tribunal de Justiça.

Foram levantadas as produções científicas em:

- Um evento nacional considerado pela CAPES como QUALIS A, o da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A busca foi realizada nos seus 23 Grupos de Trabalhos (GTs), dentre eles o GT 09 - Trabalho e Educação. Não se encontrou nenhum trabalho de interesse.
- Um evento internacional que articula a área de Direito com a área da Educação, o Seminário Internacional Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica, organizado pela Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação e pela Faculdade de Direito – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Não foram encontradas publicações de interesse.
- O banco de dissertações e teses da CAPES e seu portal de periódicos. Encontrou-se apenas uma dissertação de 2012, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, que buscou investigar o trabalho realizado por pedagogos em Varas Cíveis e Criminais no Tribunal de Justiça do Pará (TJE/PA) (FREITAS, 2012).
- A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação - BDTD, onde constam teses e dissertações de 101 instituições de ensino e pesquisa cadastradas, dentre elas as da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Não foram encontrados trabalhos sobre a temática.
- O Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde constam pesquisas científicas divulgadas em forma de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações, Teses, artigos científicos, livros e capítulos de livros produzidos no âmbito da própria instituição. Foram encontrados dois TCCs, em nível de graduação. Um, apresentado no ano de 2015, teve o objetivo de analisar a dimensão pedagógica do trabalho de uma pedagoga da 2ª Vara do Fórum da Infância e Juventude de João Pessoa/PB (LAURINDO, 2015). O outro, apresentado em 2017, enfocou os modos de atuação da profissional da Pedagogia no Tribunal de Justiça da Paraíba (OLIVEIRA, 2017).
- O Google Acadêmico, ferramenta de pesquisa do Google que permite localizar trabalhos acadêmicos por temáticas ou palavras-chaves. Foram encontrados seis trabalhos: quatro artigos e dois TCCs. Os artigos objetivaram: discutir as políticas públicas que regulamentam o curso de Pedagogia e a atuação do profissional no Tribunal de Justiça do Pará (FREITAS e SILVA, 2013a); analisar a formação/qualificação realizada pelo Tribunal de Justiça do Pará para pedagogos e identificar como estes estabelecem a relação entre trabalho e qualificação neste ambiente de trabalho (FREITAS e SILVA, 2013b); conhecer as práticas pedagógicas dos profissionais da educação que atuam no âmbito do Tribunal de Justiça do estado de Goiás – TJGO (LOPES, 2016); analisar as possibilidades e dificuldades encontradas na atuação do pedagogo no âmbito do Tribunal de Justiça do estado de Pernambuco (ARAÚJO e ANDRADE, 2016). Os TCCs eram de concluintes do curso de Pedagogia: um deles objetivou investigar as potencialidades e os limites da atuação do pedagogo no

assessoramento a magistrados no atendimento a usuários de drogas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios – TJDFT (GOMES, 2017); o outro buscou compreender as especificidades do trabalho do pedagogo no Poder Judiciário entrevistando pedagogos atuantes em Pernambuco, Goiás e Brasília (COSTA, 2019).

- No Google encontraram-se mais duas referências, sendo um TCC, em nível de especialização, e um livro. O TCC, localizado a partir de uma matéria no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, teve como objetivo compreender as práticas de pedagogos atuantes nos Tribunais de Justiça brasileiros, questionando-os sobre como representam tais práticas em face da suposta emergência de uma Pedagogia Jurídica (SILVA e SILVA, 2018). Já o livro, intitulado “Pedagogia Jurídica: as práticas do pedagogo no Judiciário”, não está disponível na versão on-line, e encontraram-se notícias de seu lançamento e vídeos de entrevista com as organizadoras, portanto aqui não se apresentará sua análise. Organizado por Melo e Santos (2015), pedagogas atuantes no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), reúne 15 artigos sobre as experiências de pedagogas e pedagogos desse mesmo TJ. Ainda se descobriu que, no ano de 2016, aconteceu o I Encontro Nacional de Pedagogia Jurídica do Brasil, entendida como a prática de pedagogas/os no judiciário, que reuniu pedagogas/os de diversos Tribunais estaduais do Brasil. Esse evento pioneiro no Brasil buscou proporcionar diálogos entre pedagogas/os dos diversos tribunais a partir de mesas redondas e círculos de diálogos, não havendo inscrições de trabalhos passíveis de serem analisados aqui.

Dentre os trabalhos que apareceram na busca, selecionaram-se os que sinalizassem, no título ou no resumo, pesquisas que abordassem a prática/atuação de pedagogas/os nos Tribunais de Justiça estaduais das diversas regiões do Brasil, bem como nas diversas Varas (Infância e Juventude, Família, Execuções Penais etc.). Foram excluídos os trabalhos que tratavam da atuação em outros Tribunais, como os Tribunais Regionais Federais, e em outros espaços do Sistema de Justiça, como o Ministério Público, Defensoria Pública, bem como na socioeducação, no Conselho Tutelar e nas Instituições de Acolhimento <sup>[1]</sup>.

### 3 RESULTADOS PRELIMINARES

As publicações sobre a atuação da/o profissional de Pedagogia no espaço judiciário estadual começam no ano de 2012, sendo a publicação mais recente de 2019. No total, de 2012 a 2019, encontraram-se apenas 11 publicações: 1 dissertação, 5 TCCs, 4 artigos (2 em periódicos sem Qualis na área da educação, 1 em evento local e 1 em evento nacional) e 1 livro (excluído desta análise).

A **região** que mais teve representação foi a Nordeste com 5 publicações. As regiões Norte e Centro-Oeste tiveram 3 publicações cada uma. Das regiões Sul e Sudeste não foram encontrados trabalhos. Segundo levantamento realizado por Silva e Silva (2018), no ano de 2018, não havia profissionais da Pedagogia em Tribunais estaduais da região Sul e na região Sudeste havia apenas uma/um no TJ do Espírito Santo (TJES), que ingressou no ano de 2010.

**As/os autoras/es** são pedagogas/os com interesses diversos de pesquisa: 6 autores (4 mulheres e 2 homens) queriam conhecer melhor a prática pedagógica no espaço em que estavam inseridos, enquanto que 4 (3 mulheres e 1 homem) não atuavam ou atuaram na área e pretendiam conhecer a atuação da/o pedagoga/o em um espaço não escolar. O número de autoras/es não corresponde ao número de pesquisas coletadas, pois há trabalhos em coautoria ou escritos pelos mesmos autores.

Para compreensão da atuação da/o pedagoga/o no espaço jurídico, os **sujeitos pesquisados**, na maioria das pesquisas localizadas (8 delas), foram apenas as/os pedagogas/os que exercem sua prática nesse ambiente, porém 2 pesquisas (FREITAS, 2012; OLIVEIRA, 2017) levaram em consideração outros sujeitos, buscando compreender sua percepção a respeito da importância desse profissional no âmbito do judiciário e outras questões relacionadas a essa inserção. Esses sujeitos foram: um juiz, uma assistente social e o chefe do serviço de avaliação e desempenho.

As pesquisas fazem um levantamento da **atuação de pedagogas/os em diversos setores** dos Tribunais de Justiça estaduais: Vara da Infância e Juventude (5); Execução Penal (1); Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente (1); Serviço de Assessoramento a magistrados sobre drogadição (1); Escola de Magistrados (1); Núcleo de depoimento especial (1); e Secretaria Interprofissional Forense da Corregedoria Geral da justiça (1). A maior parte das pesquisas considerou as/os pedagogos que atuam na Vara da Infância e Juventude, necessitando-se compreender também sua atuação em outros espaços que compõem a estrutura do judiciário, a exemplo das Varas de Violência Doméstica, da Família, Criminais etc.

As dez pesquisas encontradas foram qualitativas. Duas delas apontaram que tinham caráter exploratório e descritivo e três eram pesquisa documental e bibliográfica. Apenas um dos trabalhos não informou a **metodologia de pesquisa**. O procedimento de coleta de dados mais utilizado foi a entrevista semiestruturada (7), seguido do questionário (2), com alguns trabalhos mesclando as duas técnicas. Ainda se observou o uso da tecnologia como meio de obtenção dos dados, em especial nas pesquisas em que se teve como campo de estudo mais de um TJ, a exemplo do trabalho de Silva e Silva (2018). Quanto à análise de dados, não foi explicitada na maior parte dos trabalhos, tendo sido apontada a Análise de Conteúdo de Bardin em três deles e o materialismo histórico dialético em um.

**A análise dos objetivos** apontou que todos os trabalhos selecionados buscaram analisar/compreender as práticas/atuação das/os pedagogas/os no âmbito judiciário estadual. Dessa forma, utilizando expressões diferentes (modos de atuação, práticas pedagógicas, dimensões pedagógicas, especificidades do trabalho), apresentaram um histórico do ingresso dessa/e profissional no Tribunal objeto da investigação, descreveram as atribuições, local de atuação, formação inicial e continuada, bem como as possibilidades e dificuldades/desafios encontrados no fazer pedagógico nesse espaço não escolar.

Identificaram-se dois trabalhos que, além da prática, buscaram refletir sobre as políticas educacionais que regulamentam o curso de Pedagogia, a política/visão de formação e qualificação do Tribunal correspondente para esta/e profissional, fazendo análise do Plano de Cargos Carreira e Remuneração (PCCR) e da Avaliação de Desempenho.

Observou-se que alguns utilizaram o termo “pedagoga/o” e outros o termo “profissional da pedagogia”, tanto nos objetivos quanto no título e no corpo do texto. A maior parte fez referência a essa/e profissional apenas no masculino (pedagogo), utilizando linguagem sexista, mesmo quando havia mulheres na investigação. Um dos trabalhos (ARAÚJO e ANDRADE, 2016), mesmo tendo realizado entrevista apenas com uma pedagoga, utilizou o termo “pedagogo” em toda sua extensão. Apenas nas análises das falas da pedagoga é que, em alguns momentos, utiliza o termo no feminino.

Dessa forma, apesar das mulheres serem maioria nos campos da Educação e da Pedagogia, inclusive atuando nos TJs, percebe-se a prevalência da linguagem sexista na redação dos trabalhos aqui investigados, o que contribui para a invisibilidade da atuação das mulheres nesse contexto.

Embora ainda não exista um consenso em relação ao uso de “Pedagogia Jurídica”, para se referir à atuação de pedagogos/os no âmbito do judiciário, conforme Silva e Silva (2018), o termo foi utilizado no título de três das pesquisas aqui analisadas. Durante a busca com esse termo, encontraram-se vários trabalhos que o utilizavam para se referir à metodologia de ensino das disciplinas da área do Direito.

Quanto aos **achados** das pesquisas, em uma análise preliminar, pode-se pontuar que: a formação inicial das/os pedagogos/os não contempla conteúdos específicos sobre a atuação em espaços não escolares, neste caso, no âmbito do Judiciário, porém fornece subsídios para essa prática, a partir dos componentes curriculares gerais, tais como Filosofia, Sociologia e Psicologia da educação; as formações continuadas específicas para essa atuação são escassas e o próprio Judiciário não oferece tais formações; essa falta de formação específica vem dificultando o estabelecimento de uma formação profissional, bem como o reconhecimento da importância da Pedagogia no espaço judiciário; e, por fim, a atuação da/do pedagoga/o nos TJs é importante devido à visão holística, ao conhecimento do desenvolvimento humano e dos processos educacionais, bem como dos processos de aprendizagem e da ação pedagógica planejada.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este mapeamento ainda se encontra em andamento, restando ainda analisar de forma mais aprofundada os achados das pesquisas selecionadas, bem como agregar o livro “Pedagogia Jurídica: as práticas do pedagogo no Judiciário”. Porém, de forma preliminar, pode-se visualizar a escassez de publicações a respeito do trabalho de profissionais de Pedagogia nos Judiciários estaduais brasileiros, inclusive a ausência de produções científicas nas regiões Sul e Sudeste.

O interesse de pesquisar a temática parte de pedagogas/os que estão inseridas/os no contexto judiciário e buscam compreender melhor a sua prática, porém já se percebe o interesse por essa temática entre as/os que estão em formação. As pesquisas, de cunho qualitativo, foram realizadas com profissionais de diversos setores e varas dos TJs, a maioria delas utilizando entrevista semi-estruturada. Os sujeitos investigados são as/os próprias/os pedagogas/os, porém algumas pesquisas apontaram a potencialidade de inserir outros profissionais como sujeitos, a exemplo de juízes e profissionais de outras áreas de conhecimento que atuam nas equipes interdisciplinares.

Em relação aos objetivos, a intenção das pesquisas foi compreender o trabalho da/o pedagoga/o no Judiciário, pois como as realidades são diversas e é recente a inserção desse profissional nesse âmbito, faz-se necessário visibilizar as diferentes realidades e condições de trabalho, com a finalidade de estabelecer de fato o campo da Pedagogia Jurídica. Observou-se que esse termo tem sido utilizado de forma incipiente em alguns dos trabalhos analisados, sendo mais utilizado para se referir à didática do ensino do Direito.

Foi perceptível o uso da linguagem sexista nas pesquisas, visto que a maior parte dos sujeitos eram mulheres. Mesmo em uma pesquisa cujos sujeitos eram somente mulheres, a referência era a pedagogos no masculino, o que contribui para a invisibilidade da atuação das mulheres nesse campo profissional.

Por fim, a maior parte das pesquisas apontou a necessidade de formação inicial e continuada específica para esse campo de atuação, ressaltando que a formação inicial fornece alguns subsídios para essa prática não escolar. Também pontuou o reconhecimento da importância da/o profissional de Pedagogia no âmbito Judiciário, embora esse saber ainda

não seja tão valorizado e reconhecido nesse campo de atuação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Susana Alves de; ANDRADE, Washington Dionízio de. Atuação do pedagogo: reflexões sobre sua prática no Tribunal de Justiça de Pernambuco. **Revista Educação e (Trans)formação**, Garanhuns, v. 01, n. 01, p. 32-45, out. 2015 / mar. 2016.

COSTA, Maria Sheila Alves da. **A pedagogia jurídica: as especificidades do trabalho do pedagogo no poder judiciário**. 2019. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2019.

FREITAS, Riane Conceição Ferreira. **O trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará: os desafios da inovação no exercício profissional**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FREITAS, Riane Conceição Ferreira; SILVA, Gilmar Pereira da. Pedagogia em ambiente não-escolar: a atuação do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará. **Revista Margens Interdisciplinar**, Pará, v. 7, n. 9, p. 195-211, 2013a.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Formação do Pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 2013b, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/RianeFreitas-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

GOMES, Aline Lorrane de Sousa. **A atuação de pedagogo em ambientes não-formais de educação: o assessoramento a magistrados sobre drogadição no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios – TJDF**. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LAURINDO, Ana Paula Sousa. **A dimensão pedagógica do trabalho do profissional de pedagogia junto aos adolescentes em conflito com a lei na 2ª Vara da infância e juventude de João Pessoa**. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

LOPES, Laylla Nyanne Dias Lopes. Pedagogia Jurídica: as práticas do pedagogo no Tribunal de Justiça do estado de Goiás. In: Seminário Pesquisar, 5, 2016, Aparecida de Goiânia. **Anais eletrônicos...** Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2019.

MELO, Simony Freitas de; SANTOS, Gidair Lopes dos (Orgs). **Pedagogia jurídica: as práticas do pedagogo no judiciário**. Recife: Editora UFPE, 2015.

OLIVEIRA, João Sabino de. **Perspectivas de pedagogas acerca de suas práticas profissionais no contexto do sistema judiciário em João Pessoa – PB**. 2017. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Mirelly Shyrleide Praseres da; SILVA, Pedro Rodrigo da. **As práticas do pedagogo nos Tribunais de Justiça brasileiros: a emergência de uma pedagogia (jurídica)?** 2018. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Olinda, 2018.

**PALAVRAS-CHAVE:** pedagogia; judiciário; prática pedagógica; pedagogia jurídica.

---

[1] Nomenclatura atual para o que antes se chamava de Abrigo ou Orfanato para crianças e adolescentes.